



# **Prefeitura Municipal de Aguai**

**PAÇO MUNICIPAL PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS**

Av Olinda Silveira Cruz Braga, 215 – C. POSTAL 31 - CEP.: 13.860-000 - AGUAÍ - SP

FONE: (19) 3653-7100- FAX: (19) 3653-7122 – CNPJ: 46.425.229/0001-79

**GABINETE DO PREFEITO**

## **DECRETO Nº 5.704, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2025**

### **“CONCEDE A PERMISSÃO DE USO A TÍTULO PRECÁRIO, ONEROSO E POR PRAZO DETERMINADO, E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS”.**

**PROFESSOR GILBERTO LUIZ MORAES SELBER**, Prefeito Municipal de Aguai-SP, no uso de suas atribuições legais; **Considerando** as disposições da Lei Municipal nº 3.350, de 21 de agosto de 2023 e Decreto Municipal nº 5.200, de 8 de fevereiro de 2024; e **Considerando** ainda o Decreto Estadual nº 55.783, de 06 de maio de 2010; **Considerando** expediente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Turismo – SMDEAT (Processo nº 3500303.401.00003177/2025-17) ;

### **DECRETA**

**Art. 1º.** Fica concedida à empresa ANA MARIA MARCONDES FONTES EPP, personalidade jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 09.812.867/0001-16, por meio de seu representante legal ANA MARIA MARCONDES FONTES, nacionalidade brasileira, solteira, empresária, nº do CPF 079.xxx.xxx-12, documento de identidade (RG) nº 18.xxx.xxx-6 SSP/SP, com domicílio/residência à Rua Benedito Paulo da Silva nº 291 – Parque Ecológico Centenário, neste Município de Aguai (SP), a Permissão de Uso a Título Precário, Oneroso (em conformidade aos preços públicos e sua legislação) e por Prazo Determinado de cinco (05) anos, prorrogável por igual período, daqui por diante denominada simplesmente PERMISSONÁRIA, a área mencionada no artigo 3º.

**Art. 2º.** Fica o Poder Executivo autorizado a outorgar permissão de uso sobre a área mencionada no artigo 3º, abrangendo o Distrito Industrial III , mediante cobrança de Preço Público, o qual está definido na Lei nº 1.417, de 30 de dezembro de 1.990, que dispõe sobre o Sistema de Preço Público e sua pertinente regulamentação.

**Parágrafo único.** O Preço Público no *caput* do presente artigo, se refere às áreas, constituídas ou não, efetivamente utilizadas pelo processo produtivo, nos termos do Processo Administrativo referente ao caso.

**Art. 3º.** Fica concedida à PERMISSONÁRIA um Prédio identificado por Galpão “08”, com a área total de 2.749,76 m², sendo a área construída autorizada a utilização de 1.640,27 m², denominado como Galpão “08”, no Distrito Industrial III, localizado na Avenida Azevedo Marques, nº 37, nesta cidade de Aguai, de propriedade da Fazenda do Estado de São Paulo, em que a Municipalidade figura como Permissionária, parte do imóvel cadastrado no SGI sob o nº 3661, conforme identificado nos autos do processo nº SAA-210.165/2001.

**Art. 4º.** Conforme Inciso IV do Art. 15 do Decreto Municipal nº 5.200, de 8 de fevereiro de 2024, a PERMISSONÁRIA fica obrigada a:

- a. Efetuar o pagamento do preço público estipulado e as datas limites para a efetivação de tal pagamento, sob pena de cassação do direito outorgado;
- b. Efetuar a devida adequação, restauração e manutenção do imóvel outorgado;



# **Prefeitura Municipal de Aguai**

**PAÇO MUNICIPAL PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS**

Av Olinda Silveira Cruz Braga, 215 – C. POSTAL 31 - CEP.: 13.860-000 - AGUAÍ - SP

FONE: (19) 3653-7100- FAX: (19) 3653-7122 – CNPJ: 46.425.229/0001-79

**GABINETE DO PREFEITO**

- c. Ratear, junto aos demais permissionários, os custos de manutenção das áreas e estruturas comuns e de segurança;
- d. Respeitar e preservar o patrimônio arquitetônico dos distritos sob pena de multa e perda do direito de uso outorgado;
- e. Utilizar o imóvel outorgado exclusivamente para as finalidades econômicas previstas;
- f. Manter-se em situação fiscal regular;
- g. Efetuar o pagamento de impostos e taxas incidentes sobre o imóvel;
- h. Promover o devido registro de todos os funcionários contratados, bem como respeitar todo regramento da legislação trabalhista;
- i. Abster-se de qualquer ação que possa pôr em risco a integridade e a segurança do patrimônio público;
- j. Abster-se de qualquer ação que possa pôr em risco o patrimônio dos demais permissionários;
- k. Submeter-se às regras de convívio estabelecidas pelo Decreto Municipal nº 5200/2024, ou por outros instrumentos normativos estabelecidos pelo Poder Público ou por órgão colegiado formado pelos permissionários.

**Art. 5º.** A ocorrência de falta grave será passível de cassação da outorga, conforme Art. 18 do Decreto Municipal nº 5.200, de 8 de fevereiro de 2024.

**§1º.** Para os fins previstos no *caput* desde artigo são consideradas faltas graves, as seguintes condutas:

**I** – O não pagamento do preço público previsto no Decreto de outorga por período superior a 4 (quatro) meses;

**II** – O descumprimento reiterado por mais de 3 (três) vezes, das obrigações previstas no art. 15, IV, do Decreto nº 5.200, de 8 de fevereiro de 2024.

**§2º.** Em todas as hipóteses previstas no parágrafo anterior fica facultada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Turismo a possibilidade de notificar a permissionária para devido saneamento de eventuais prejuízos no prazo máximo de 90 (noventa) dias, antes da opção pela cassação da outorga.

**Art. 6º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Presidente Getúlio Vargas, 04 de Novembro de 2025, 136º Ano de Fundação e 80º Ano de Emancipação Política do Município.

**PROF. GILBERTO LUIZ MORAES SELBER**

**PREFEITO MUNICIPAL**

Publicado e registrada na Secretaria de Governo da Prefeitura Municipal de Aguai, aos Quatro Dias do Mês de Novembro do Ano Dois Mil e Vinte e Cinco.

**CLEBER AUGUSTO DE MELO MARTINS**

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO**